



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PSICOPEDAGOGIA

Thammis Leal Santana dos Santos

O QUE VOCÊ ENTENDE POR INCLUSÃO ESCOLAR? UM ESTUDO ACERCA  
DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS UNIVERSITÁRIOS

Orientador(a): Prof. Dr<sup>a</sup>. Viviany Silva Araújo Pessoa

João Pessoa

2017

THAMMIS LEAL SANTANA DOS SANTOS

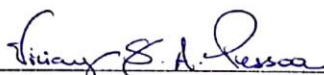
O QUE VOCÊ ENTENDE POR INCLUSÃO ESCOLAR? UM ESTUDO ACERCA DA  
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS UNIVERSITÁRIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
curso de Bacharelado de Psicopedagogia do  
Centro de Educação da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do  
grau de Bacharel em Psicopedagogia.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviany Silva Araújo  
Pessoa

Aprovado em: 16 / 11 / 2017.

BANCA EXAMINADORA



Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviany Silva Araújo Pessoa (Orientadora)  
Universidade Federal da Paraíba



Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karen Guedes Oliveira (Membro Avaliadora)  
Universidade Federal da Paraíba

S237q Santos, Thammi Leal Santana dos.

O que você entende por inclusão? Um estudo acerca da representação social dos universitários / Thammi Leal Santana dos Santos. – João Pessoa: UFPB, 2017.

28f. : il.

Orientadora: Viviany Silva Araújo Pessoa

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Psicopedagogia)  
– Universidade Federal da Paraíba/Centro de Educação

1. Inclusão escolar. 2. Representação social. 3. Psicopedagogia.  
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 37.017.4(043.2)

## O QUE VOCÊ ENTENDE POR INCLUSÃO ESCOLAR? UM ESTUDO ACERCA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS UNIVERSITÁRIOS

**Resumo:** Visto que a prática inclusiva é uma das demandas mais urgentes da educação brasileira, o presente trabalho buscou analisar a representação social que os(as) discentes do curso de graduação de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) têm acerca da prática inclusiva no contexto escolar. Apesar de ser tema recorrente durante o decorrer da formação destes discentes, a temática e prática da inclusão são complexas devido, dentre outros fatores, a ideia que de espaços ocupados é indicador de inclusão, bem como que este contexto está associado apenas aqueles que necessitam de atenção, sendo pessoas com deficiência ou transtornos que afetem seu processo de aprendizagem. Portanto, faz-se necessário analisar como os discentes de Psicopedagogia representam a prática inclusiva, uma vez que esta representação pode refletir na prática acadêmica e profissional deste(a) estudante. Para tanto, a pesquisa foi realizada a partir do método fenomenológico. A metodologia adotada foi pautada na pesquisa qualitativa. O instrumento a ser utilizado foi uma entrevista semiestruturada com uso de questionário. A análise do conteúdo deu-se através da ferramenta IRAMUTEQ. Como resultado, obteve-se que tais discentes representam o conceito e a prática inclusiva no ambiente escolar como a adaptação e reestruturação, metodológica e estrutural, para incluir o indivíduo com deficiência. Assim, apesar de incorporar aspectos presentes na conjectura da inclusão escolar, pode-se compreender que a representação por partes destes discentes acerca da temática ainda requer expansão quanto ao objeto da prática inclusiva, isto é, o indivíduo, com todas as suas singularidades e diversidades, sendo com deficiência ou não.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Representação Social. Psicopedagogia.

## INTRODUÇÃO

A inclusão está fundamentada no respeito e reconhecimento da diversidade e na garantia de direito enquanto cidadão a todos os membros da sociedade, assim como na garantia de oportunidades igualitárias. Os estudos envolvendo as práticas inclusiva e psicopedagógica estão voltados para o papel deste profissional nas escolas, como parte da chamada educação especial. Portanto, a Psicopedagogia vem ocupando espaços, ainda que a passos pequenos, acerca da prática inclusiva e surge como mecanismo de apoio para as instituições escolares.

No contexto educacional, campo de análise do presente trabalho, a inclusão é uma das áreas mais emergentes na contemporaneidade. Utilizando o termo “inclusão escolar” como descritora no mecanismo de busca *Scielo* obtém-se o resultado que o Brasil é o país da América Latina com maior número de publicações, sendo estas, em sua maioria, em revistas especializadas sobre educação especial. Dentre as áreas de conhecimento, as ciências humanas é a área temática com maior número de publicações associadas.

Assim como a crescente preocupação no Brasil, diversos órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) vêm lançando programas e documentos oficiais cuja temática principal é a inclusão, seja ela social, digital ou escolar. Em 2016, a Assembleia Geral da ONU anunciou o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse texto, em seu art. 24, apresenta seção correspondente aos direitos à educação e conceitua a inclusão escolar como reflexo da adequação da escola à necessidade de seus alunos, garantindo assim, educação de qualidade para todos. Tais modificações estão relacionadas com a acessibilidade, comunicação e projeto de ensino e aprendizagem; o que coloca em evidência o papel da Psicopedagogia no processo de inclusão.

A Psicopedagogia no Brasil surgiu na necessidade de explicações acerca do processo de aprendizagem e seus possíveis obstáculos. Porém, mais do que a base teórica, esta área possui práticas que auxiliam o processo de inclusão do indivíduo. Assim, torna-se voz ativa da importância e eficácia da inclusão escolar. Porém, apesar de todo embasamento teórico, a Psicopedagogia não está alheia a interpretações equivocadas e podem vir a prejudicar a prática psicopedagógica e, mais inquietante, vir a prejudicar o indivíduo já fragilizado.

Tais constatações lançam luz na necessidade de discutir aspectos psicossociais envolvidos na dinâmica da inclusão escolar, a partir de uma perspectiva psicopedagógica. E isso leva a necessidade de um embasamento teórico adequado a problemática. A escolha da Teoria das Representação Sociais, de Serge Moscovici, como base para análise deu-se devido ao papel que tais representação assumem para o indivíduo. Pesquisas e estudos acerca do tema reconhecem que a representação social pode ser considerada o estudo do senso comum de maneira científica (ABRIC, 1994; JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2003). Moscovici (2003) defende que o conhecimento do senso comum é tão importante quanto o puramente científico, pois reflete a tentativa de explicação e familiarização do indivíduo acerca daquilo que lhe é estranho.

Diante desse panorama e consciente de que a teoria da formação acadêmica antecede à prática profissional, o objetivo geral do presente trabalho foi analisar a representação social que os(as) estudantes do curso de graduação em Psicopedagogia têm acerca do conceito de inclusão escolar. Como teoria e prática no contexto da inclusão são indissociáveis, também foi traçado como objetivos específicos 1) descrever como estes estudantes representam a prática inclusiva no ambiente escolar e 2) verificar o significado psicológico da inclusão escolar para os discentes de psicopedagogia. Portanto, analisar a representação social do discente em psicopedagogia acerca da inclusão escolar faz-se necessário para a formação acadêmica deste indivíduo, para contribuir na eficiência do curso de graduação – e o preparo de seus discentes para as práticas interventivas –, bem como auxiliar na estabilidade da Psicopedagogia como campo de atuação efetivo e competente.

## **2 AS DIVERSAS FACES DA INCLUSÃO**

De acordo com Ainscow et. al. (2006) a inclusão pode ser definida de diversas maneiras e tais autores expuseram cinco bases para conceituar inclusão. São elas: inclusão referente à deficiência e à necessidade de educação especial, inclusão como resposta a exclusões disciplinares, inclusão que diz respeito a todos os grupos vulneráveis à exclusão, inclusão como forma de promover escola para todos e inclusão como educação para todos. Porém, a ideia de inclusão reforça-se na integração, termo, neste momento, utilizado como sinônimo de união, dos indivíduos. Separá-los por “categorias de inclusão” pode dar espaço para um fenômeno de hierarquização da

inclusão, onde uma base conceitual se tornaria mais urgente que outra. As cinco bases citadas pelo autor e seus colaboradores são alguns dos contextos em que a exclusão é mecanismo oculto no discurso inclusivo. De acordo com Aranha (2000), falar sobre inclusão é entender e respeitar a diversidade no contexto social e garantir oportunidades iguais para todos os indivíduos.

Para entendê-la melhor, e entender também a posição que a inclusão ocupa nos dias atuais, faz-se necessário uma releitura acerca de seu contexto histórico. A inclusão inicialmente foi pensada para aqueles indivíduos que a literatura temática denomina de “portadores de deficiência física”. No presente trabalho, referente a sua fundamentação teórica, estes indivíduos foram referenciados como indivíduos em situações de atenção. Parte desta mudança de termo refere-se ao fato de “deficiência” refletir em algo quebrado, ineficiente, que é parte do contexto histórico destes indivíduos. Segundo Farias, Santos e Silva (2009):

Durante muitos anos, determinadas deficiências foram consideradas praticamente como sinônimo de castigo. No período da Inquisição e, posteriormente, na Reforma Protestante, as pessoas com necessidades especiais eram tratadas como uma personificação do mal. Com decorrer das décadas e com os avanços da Medicina, novos conceitos foram sendo construídos e reconstruídos em relação a tais pessoas (FARIAS; SANTOS; SILVA, 2009, p. 40).

Após estudos e pesquisas comprovarem as diversas origens destas necessidades, afastando assim a cultura do "mal", houve o surgimento das primeiras práticas sociais focadas nestes indivíduos. Porém, estes homens e mulheres sofreram um processo de institucionalização, ou seja, estavam fadados a permanecer enclausurados em suas residências e foram excluídos da sociedade. A mudança significativa veio no ano de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esta declaração teve adesão de todos os países membros das Organizações das Nações Unidas (ONU) e postula que todos os indivíduos nascem livres e devem ser considerados como iguais no tocante à dignidade e direitos.

O contexto histórico da inclusão tem base também com a mudança, a partir da década de 1960, dos direitos das minorias. Foi lutando contra a institucionalização acima citada que os movimentos sociais iniciaram seus trabalhos acerca da inclusão. Inicialmente, a pauta desta luta foi a de incluir estes indivíduos, retidos em suas próprias residências, na sociedade ampla. A partir daí, com o auxílio de diversas áreas da saúde, o discurso de inclusão e respeito a estes indivíduos foi tomando forma e força. Segundo

Farias et. al. (2009), o avanço tecnológico, a partir de 1980, auxiliou o processo devido a ampliação ao acesso a novas informações. O discurso acerca da diversidade ganhou força a partir da década de 1990, abarcando também os indivíduos em situações de atenção.

Em meio a esse contexto também começou-se a pensar uma educação que fosse, de fato, inclusiva. Porém, foi na Conferência Mundial de Educação para Todos, em 1990, que o Brasil assumiu o compromisso de tornar o ensino fundamental de acesso para todos. Ou seja, entende-se que apenas em 1990, vinte e seis anos atrás, o país iniciou sua preocupação em incluir todos os indivíduos da sociedade. Não se pode falar de inclusão sem citar a Declaração de Salamanca, de 1994, que discutiu o contexto dos indivíduos em situações de atenção. Esta declaração postula que toda criança tem direito à educação, que suas características próprias de aprendizagem devem ser respeitadas, bem como deve-se respeitar a diversidade. Além destes pontos, de acordo com esta Declaração:

Escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (SALAMANCA, 1994, p. 1).

Existem pelo menos três tipos de inclusão que são amplamente discutidas nos dias atuais: a social, a digital e a escolar. Estas três faces da inclusão são comumente destacadas como âmbitos independentes, porém o entendimento da associação destas é imprescindível ao estudo da real inclusão do indivíduo. A inclusão social é a busca e o produto final que os estudiosos e militantes pela inclusão querem alcançar. Portanto, está diretamente associada à inclusão digital e à inclusão escolar, bem como aos direitos básicos do indivíduo. Segundo Jambeiro e Silva (2004), a inclusão digital corresponde à garantia do acesso às tecnologias de informação e comunicação, também chamadas de TIC.

Mendes (2006a) afirma que a inclusão escolar está diretamente ligada, através do seu contexto histórico, à inclusão social. Acerca da inclusão digital e a inclusão social Campos et. al (2003) afirmam que dificultar o acesso às informações contidas nos ambientes virtuais é negar deste indivíduo, dentre outros fatores, o direito à cidadania.



Contudo, Mendes (2002b) afirma que tornar as condições igualitárias para todos não significa que as oportunidades serão iguais.

Por fim, há a inclusão escolar. Este talvez seja o mais multifacetado dentre os tipos citados anteriormente. De acordo com Meirelles (2013), existem cinco dimensões da inclusão: gestão escolar, políticas públicas, estratégias pedagógicas, família e parcerias. Estas dimensões, juntas, são pilares para a viabilização da inclusão escolar. Segundo Karagiannis, Stainback e Stainback (1999, apud Silva, 2010), a inclusão escolar pode ser definida como:

“A prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e sala de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas” (SILVA, 2010, p. 96).

Ao estudar inclusão escolar, faz-se necessário diferenciar duas práticas envolvidas neste âmbito: inclusão e integração. Apesar de serem termos graficamente diferentes, são comumente utilizados para designar a prática de acolhimento. A integração é a prática oposta do que se visualiza como o modelo de inclusão, porém é, em contrapartida, a prática mais utilizada nos ambientes que se dizem inclusivos, assim como a aceitação do indivíduo no ambiente. Aceitar que aquele indivíduo tenha espaço no contexto não significa que há a inclusão. Assim, Silva (2011) reflete que apesar de inúmeras leis que garantem o total exercício da cidadania e dos direitos, a realidade é limitadamente teórica.

No contexto educacional, a integração corresponde ao modelo em que o aluno com necessidades educativas especiais tem seu espaço, físico, na sala de aula. Ou seja, este(a) aluno(a) tem direito à matrícula, à uma carteira para sentar-se. Porém, no que se refere aos seus possíveis obstáculos no processo de aprendizagem, cabe a este(a) adaptar-se ao ambiente do contexto escolar e toda sua mecânica funcional. A instituição, na integração, não irá adaptar-se à necessidade educacional do seu/sua aluno(a), irá apenas garantir que este(a) tenha acesso ao ambiente escolar. Em outras palavras, integração pode ser entendida é sinônimo para exclusão. Esta prática vem sendo realizada nas mais variadas instituições de ensino – públicas, privadas, universidades, faculdades – e faz uso da máscara e da prática de inclusão para firmar-se.

Segundo Silva (2010), existem duas correntes de pensamento no movimento da inclusão escolar: a educação inclusiva e a inclusão total. O foco na educação inclusiva

seria o desenvolvimento de habilidades e conhecimento, defende o *continuum* de serviços e esta corrente afirma que a escola não será adequada para todas as crianças mesmo que seja reestruturada. Deve-se entender por continuum de serviços como aqueles serviços oferecidos aos alunos com necessidades educacionais especiais, como por exemplo, as classes especiais. Já a corrente da inclusão total foca na mudança da visão estereotipada envolvendo os indivíduos em situações de atenção. Para isso, esta corrente foca na construção de amizades e das habilidades de socialização.

Ao contrário da primeira corrente, esta afirma que o continuum de serviços é uma forma de exclusão e postula a matrícula apenas na classe comum da escola regular. No tocante à escola, esta segunda corrente acredita que a escola possa reinventar-se e adequar-se para todas as crianças. As duas correntes possuem um ponto de vista específico e cabe ao profissional escolher a que melhor convém, o que exemplifica o quão complexo é todo o processo de inclusão.

A inclusão escolar, e este é um ponto de importante reforço, não se remete apenas àquele indivíduo com necessidade educacional especial, de etiologia biológica ou não, mas também abarca os demais indivíduos presentes no contexto escolar. A mesma observação é válida para os diversos contextos da inclusão. Cada indivíduo é único e assumir a inclusão como um termo próprio para certos indivíduos é, também, excluir os demais. Utiliza-se o discurso da inclusão para os indivíduos em situações de atenção, porém a linha entre incluir um indivíduo e excluir o outro é tênue. Da mesma maneira em que se incluir e/ou se integra um indivíduo com necessidade educacional especial, em situações de atenção ou não, também pode-se incluir e/ou integrar aquele que não corresponde ao que a sociedade, erroneamente, julga por normal. O discurso base da inclusão é que todos possuem direitos iguais e isto significa também aceitar e incluir as diferenças. O respeito à diversidade é o ponto chave para a prática correta da inclusão.

É evidente que a prática da inclusão é, sem dúvida, complexa. A educação inclusiva é, segundo Mendes (2002b), um mecanismo de reestruturação de todo o sistema educacional, incluindo seus âmbitos político-administrativo, escolar e a própria sala de aula. Schaffner e Buswell (1999, apud Silva, 2010) assumem a escola como um reflexo positivo e/ou negativo da sociedade, porém com vantagem de ser um espaço para questionamento e reformulação de tais valores e práticas. De acordo com Silva (2010)

A inclusão escolar vai muito além da questão da inserção do aluno com necessidades educacionais especiais o sistema regular de ensino. Trata-se de um processo que exige o questionamento e revisão de posturas e práticas que há muito tempo vinham sendo desenvolvidas no ambiente escolar (SILVA, 2010, p. 99).

Cabe ao psicopedagogo, e aos demais profissionais da área, auxiliar neste processo de reformulação. Um dos pontos iniciais para entender e formular a educação voltada para inclusão é entender como aqueles, cujo papel no processo educacional é ativo, entendem e visualizam a inclusão. Uma vez que este profissional entende inclusão sob a perspectiva da integração, todo o processo está comprometido. A lógica vale para os profissionais, as instituições educacionais, os pais e/ou responsáveis, a sociedade e, com destaque, para os indivíduos excluídos. Estes precisam visualizar seus direitos e reforçar seu papel ativo, da forma em que for possível, na sociedade em que vivem. É preciso, antes de tudo, empoderar estes indivíduos. Suas possíveis limitações, de qualquer origem, não diminuem sua importância e papel enquanto ser humano e social.

Para auxiliar na compreensão e discussão da realidade da inclusão escolar desde o olhar psicopedagógico, faz-se oportuno adotar a fundamentação de teorias que respaldem o impacto do social sobre as percepções e comportamentos. Nesse sentido, o estudo da Teoria das Representações Sociais no âmbito acadêmico torna-se importante uma vez que o conhecimento de senso comum vem adquirindo espaço como resultado da falta ao acesso à informação entre os diversos campos de conhecimento e atuação. Porém, de acordo com Moscovici (1978), este fenômeno não deve ser interpretado com negação, pois é um conhecimento advindo da necessidade de um ou mais grupos, obedecendo e melhorando o contexto destes indivíduos. A Teoria das Representações e sua base teórica serão descritas no ponto a seguir.

## 2.1 REPRESENTAÇÃO SOCIAL: CONSIDERAÇÕES E TEORIA

A ideia de coletividade foi uma descoberta do século XIX. Entendeu-se que as realidades das sociedades são construídas de maneira coletiva, bem como também são pensadas desta maneira. Segundo Moscovici (1978), a representação social está associada ao conhecimento popular e reflete no comportamento entre os indivíduos ou grupo social. O teórico afirma que o pensamento característico das representações sociais é “tornar o não familiar, familiar”. Tornando-o problema central da

representação. Em outras palavras, é dar significação aquilo que não o possui de maneira óbvia.

Moscovici postulou as três dimensões básicas do conceito de representação social: informação, campo de representação e atitude. Por representação, o autor afirma que remete à ideia de imagem, um tipo de modelo social, onde há a hierarquia de componentes. Ainda sobre a formação da representação social, Moscovici postula três condições subjacentes ao conceito: toda a representação é uma representação de qualquer coisa, qualquer coisa é representação de qualquer coisa e toda a representação é uma representação de alguém. O autor também afirma que as representações, referente ao homem, são primárias e seus conceitos e elaborações são secundárias, a partir do indivíduo ou do objeto da representação.

Denise Jodelet (2001, apud Wachelke e Vizeu Camargo, 2007), estudiosa sobre a representação social da loucura, postula a representação social como um conhecimento socialmente compartilhado. Jean-Claude Abric (1994, apud Sá, 1996), que elaborou a noção do núcleo central das representações sociais, afirma que apesar de consensuais, há diversos aspectos individuais nas representações.

Moscovici (1978) afirma que as relações sociais estabelecidas no cotidiano são decorrentes de representações de origem social e psíquica. De acordo com Abric (1994, apud Crusoé, 2004, p. 107), a Representação Social pode ser interpretada como produto, base para o presente trabalho, e como processo. Assumindo-a como produto, segundo Crusoé (2004), o foco da análise é o conteúdo das representações. Enquanto processo, a Representação Social investiga como é a incorporação do novo aos contextos consensuais. Segundo Sá (1995), interpretar a Representação Social como processo é buscar entender como ocorre a consolidação da representação, e de seu objeto, na sociedade.

Dentro da formação da Representação Social, enquanto processo, há dois processos formadores postulados por Moscovici: ancoragem e objetivação. O conceito de objetivação está relacionado à concretização de um determinado conceito e depende, segundo Alves-Mazzotti (2000), dos aspectos culturais – acesso à informações derivadas do contexto do indivíduo – e dos aspetos envolvidos no sistema de valores do grupo ao qual este indivíduo pertence. Portanto, a informação recebida acerca de um conceito é interpretada, de maneira a assumir uma imagem coerente, por um grupo, uma organização, e é esta dinâmica que formula o conhecimento de senso comum. E é através da ancoragem que este novo conhecimento, objeto ou conceito, torna-se

familiar. Logo, é preciso que se conheça o objeto e/ou indivíduo para que seja possível representar. Isso permite a familiarização do novo e sua junção com ideias e valores preexistentes e aceitos socialmente. Moraes et al. (2014), afirmam que a Teoria das Representações Sociais está relacionada aos estudos de registros sociais simbólicos, ou seja,

“Dizem respeito ao estudo das trocas simbólicas desenvolvidas nos ambientes sociais, nas relações interpessoais, influenciando na construção do conhecimento que é partilhado” (MORAES ET AL., 2014, p. 19).

A Teoria das Representações Sociais, portanto, funciona como um modo de compreender, e explicar, fenômenos sociais. Tal afirmação se dá, segundo Moraes et al. (2014) devido estes fenômenos reproduzirem atos e pensamentos que são comuns a um determinado grupo. É importante frisar, também, o dinamismo das representações sociais. Elas mudam de tempos em tempos. Xavier (2012) que as representações sociais têm como função elaborar comunicação e comportamentos entre os indivíduos. Assim, é uma análise da interação social, através da qual, dos indivíduos constroem seus objetos sociais e suas teorias, tornando viável a organização de comportamentos e a comunicação.

O desconhecido tem a tendência de ser rotulado, pois não é passível de ser transformado em uma imagem, em um símbolo. Este rótulo pode ter atribuído de valor positivo ou negativo, bem como ser submetido à uma posição hierárquica. Classificar um aluno com dificuldades no processo de aprendizagem como “incapaz”, além de desconsiderar suas potencialidades, é fazer um julgamento (COSTA; MUNSTER, 2017; OLIVEIRA; RESENDE, 2017; RIBEIRO; SILVA, 2017). Segundo Lemme, Bussad e Otta (1989) este julgamento, por sua vez, revela um “modelo” que este determinado grupo assumiu dos indivíduos que fazem parte do contexto de dificuldades. Ainda segundo as autoras, ao colocar estes indivíduos em categorias, usa-se modelo pré-estabelecidos na memória e que são relacionados, de maneira positiva ou negativa, que acordo com seu significado.

Torna-se evidente, portanto, a importância da Teoria das Representações Sociais para a prática social. Ela auxilia, de um ponto de vista amplo, o entendimento de como a realidade é construída e influenciada, bem como as práticas de um grupo.

As representações que se formam na sociedade, têm repercussão direta em seu comportamento, atitudes e modos de agir, pois formam estruturas individuais de conhecimentos que informam e orientam os membros de um grupo social, em determinado tempo e espaço (MOSCOVICI, 2003, p.53).

### **3 ESTRATÉGIA METODOLÓGICA**

#### **3.1 DELINEAMENTO**

A pesquisa foi realizada a partir do método fenomenológico e está pautado na pesquisa qualitativa. Ainda é identificada como de caráter transversal, no qual visa coletar de forma concomitante um grupo de indivíduos, buscando compreender uma realidade existente. Seu nível é exploratório, de modo a proporcionar uma maior compreensão do problema e assim, torná-lo mais claro ou constituir hipóteses.

#### **3.2 PARTICIPANTES**

A pesquisa contou com a participação de 40 discentes do curso de Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba (o equivalente a 10% do total dos alunos regularmente matriculados do curso em 2017.1), sendo cinco de cada um dos sete períodos do presente curso e cinco alunos e alunas concluintes que estão desbloqueados. Como critérios de participação adotou-se 1) o discente seja maior de idade e que 2) a matrícula esteja regularmente ativa. Como critério de impedimento para a participação do estudo considerou-se o fato de o discente não frequentar a sala de aula durante o período da coleta de dados.

#### **3.3 INSTRUMENTOS**

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram organizados em um livreto contendo um roteiro de entrevista semiestruturada e um bloco para as associações livres de palavras, além de perguntas sociodemográficas.

Roteiro de entrevista. Foi apresentado um conjunto de 3 (três) perguntas acerca do conceito de inclusão escolar (Para você, o que é inclusão escolar?), da prática da inclusão escolar (Como você definiria a prática inclusiva no ambiente escolar?) e da

relação entre inclusão escolar e a Psicopedagogia (Na sua opinião, qual a relação entre a inclusão escolar e a Psicopedagogia?)

Livre Associação de Palavras. Foi utilizado um instrumento composto por blocos adaptados para as respostas das associações livres de palavras, técnica apropriada para o levantamento dos dados das Redes Semânticas Naturais (RSN; REYES-LAGUNES, 1993; PESSOA, 2011). Tal estratégia auxilia na investigação do significado psicológico de conceitos postos em questão. Essa avaliação foi iniciada com a apresentação de palavras-estímulo sobre o tema a ser pesquisado e o participante, por sua vez, escreveu uma lista de palavras que melhor esclareçam um termo (palavra-estímulo) dentro de um tempo determinado (30 segundos para cada palavra-estímulo) e, conseqüentemente, enumerá-las na ordem em que melhor defina o termo – *palavra estímulo* (PESSOA, 2008).

Dados Sociodemográficos. Foram reunidos por meio de um questionário contemplando as seguintes questões: idade, sexo, de qual período faz parte e que o indivíduo participa de alguma atividade que ele julgue estar associada à inclusão escolar, tais como programas de extensão universitários, estágios não-obrigatórios, dentre outros.

### 3.4 PROCEDIMENTO

Primeiramente foi apresentado o projeto à Coordenação do Curso de Psicopedagogia a fim de solicitar a devida autorização para a coleta dos dados. Após a concordância dessa Coordenação, os discentes foram contatados e convidados a participar da pesquisa. No ato foi informado o caráter voluntário, anônimo e confidencial de todas as informações, atendendo aos critérios éticos resguardados pelas Resoluções n. 466/12 e 510/16 do CNS/MS, de acordo com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, do Centro de Ciências da Saúde, da Universidade Federal da Paraíba. Uma vez tendo concordado com a participação no estudo, os respondentes assinaram o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*. Foi informado que os dados coletados ou resultados ficarão disponíveis para os interessados. A aplicação durou em média 15 minutos.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar as análises das perguntas abertas foi aplicada a técnica qualitativa por meio do programa *Iramuteq (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)* em sua versão 0.7 alpha 2. Este é software utilizado na análise qualitativa de dados em pesquisas acadêmicas, comerciais e científicas. Os dados obtidos através da entrevista semiestrutura foram, inicialmente, importados para o programa *Microsoft Word* de maneira a transcrever seu conteúdo e estas informações foram, posteriormente, transferidas para o programa Bloco de Notas. Tal modificação se deu devido à compatibilidade do programa Bloco de Notas e o software Iramuteq. Assim, este programa foi utilizado para gerar o corpus textual, isto é, o texto a ser analisado. Análises subsequentes foram realizadas após a criação do corpus textual:

*Método de Reinert.* A partir deste método utiliza-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Este método de análise visa, segundo Camargo e Justo (2003) a obtenção de Segmentos de texto (ST) de palavras com vocabulários semelhantes e diferentes.

*Análise de Similitude.* Baseada na Teoria dos Grafos, esta análise visa a investigação do quantitativo de conexões que um elemento pode manter com um ou mais elementos diferentes da representação. Segundo Camargo e Justo (2003, é o método de análise utilizado acerca da temática das representações sociais.

*Nuvem de palavras.* Organiza, de maneira gráfica, as palavras de acordo com suas frequências.

A utilização das redes semânticas advém de sua função de representação, através de um conteúdo gráfico, da ligação entre conceitos (SOWA, 2000 apud ANTUNES, 2003). A análise das redes semânticas naturais foi feita através do programa Microsoft Excel, considerando os critérios estabelecidos por Reyes-Lagunes (1993), a saber:

1) Tamanho da Rede (TR): indicador de variabilidade da rede que corresponde ao número total de palavras enunciadas para definir o termo de interesse. Para calcular o valor do TR esperado, multiplica-se a quantidade de palavras requisitadas pelo número de participantes, considerando-se a possibilidade dos mesmos apresentarem uma variabilidade nas palavras (MILFONT; CORTEZ; BELO, 2003).  $TR_{esperado} = N_{palavrasrequisitadas} \times N_{participantes}$ ;

2) Peso Semântico (PS): representa a importância que cada palavra enunciada tem para o conceito em análise. Seu valor é resultado da soma das frequências multiplicadas pelas ponderações da hierarquização (REYES-LAGUNES, 1993);



3) Núcleo da Rede (NR): conjunto das palavras com pesos semânticos mais altos, ou seja, das definidoras que melhor representam a palavra-estímulo. Observando um gráfico de *Scree Test*, as palavras selecionadas são aquelas que aparecem antes que a curva assuma um padrão assintótico;

4) Distância Semântica Quantitativa (DSQ): indica o quanto as palavras do NR estão distantes da palavra-estímulo, e localiza aquelas que são indispensáveis para definir um conceito (percentuais mais altos e próximos entre si) e quais são complementares para uma eventual descrição. Seus valores são resultantes do cálculo de uma regra de três, na qual é atribuído 100% à palavra com o maior valor de PS e os percentuais seguintes são derivados dessa relação.

## 4 RESULTADOS

Os resultados serão apresentados em seções organizar a partir das análises realizadas. Assim, serão apresentados primeiramente os resultados das perguntas componentes da entrevista semiestrutura e das análises obtidas através do software Iramuteq. Por fim, serão apresentados os resultados obtidos através da utilização da técnica das redes semânticas naturais.

### 4.1 Resultados referentes à entrevista

Referente a questão 01 – **Para você, o que é Inclusão Escolar?** –, a análise demonstrou a associação dos termos deficiência, adaptação, necessidade, dentro outros (Figura 01). A significação acerca do termo inclusão remete à prática de adaptação da estrutura para indivíduos com deficiência. Portanto, pode-se entender que a inclusão escolar é ancorada por estes discentes como a adaptação estrutural, dentro do ambiente escolar, para que o aluno com deficiência possa aprender. Tal compreensão pode ser ilustrada a partir da figura a seguir:

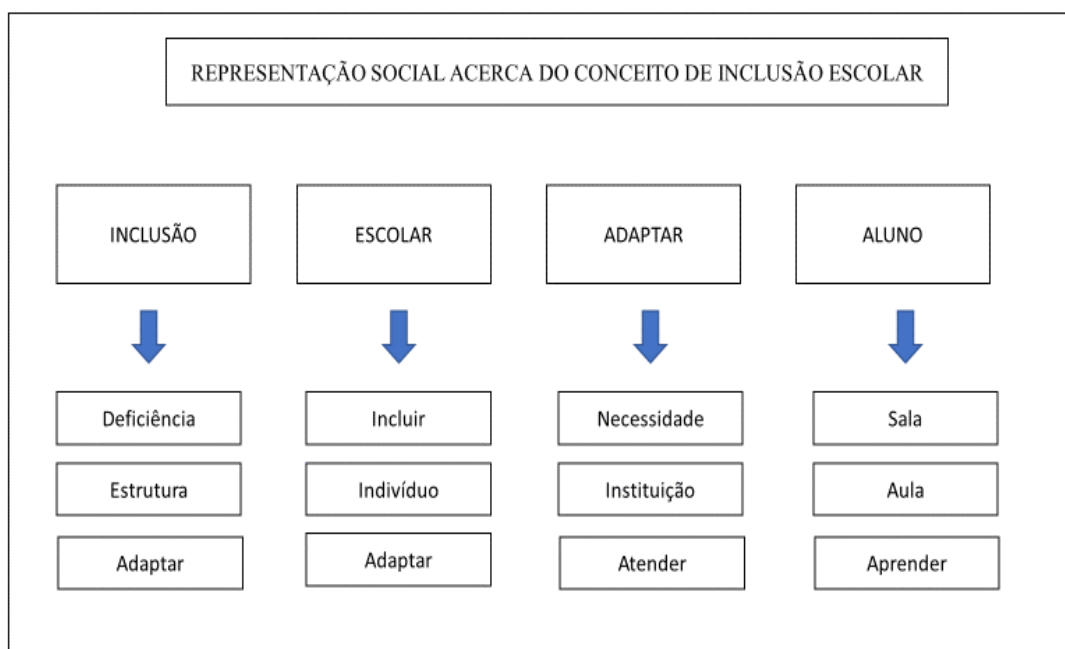


Figura 01 – Representação social acerca do conceito de inclusão escolar

A análise do questionamento 02 – **Como você definiria a prática inclusiva no ambiente escolar?** – demonstra repetição da significação acerca do caráter adaptativo e de reestruturação da prática inclusiva no ambiente escolar. Sugere-se que a adaptação e reestruturação, estrutural e metodológica, surgem como mecanismo de auxílio para aluno em seu processo de aprendizagem. A Figura 02 ilustra tal compreensão.

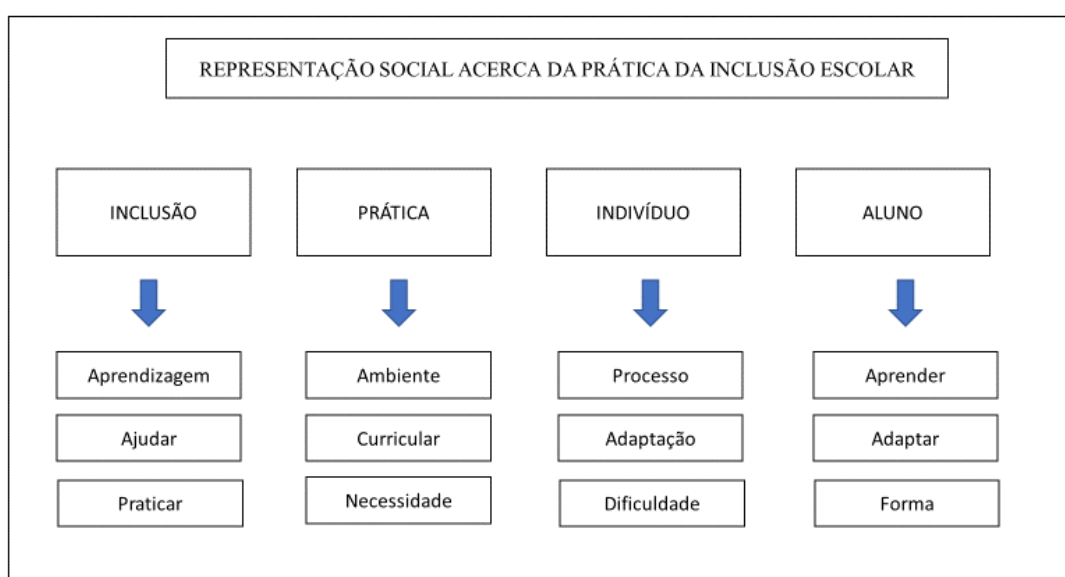


Figura 02 – Representação social acerca da prática da inclusão escolar

Referente a questão 03 – **Na sua opinião, qual a relação entre a inclusão escolar e a Psicopedagogia?** – há uma forte ligação entre os termos inclusão, psicopedagogia, aprendizagem e dificuldade. A inclusão é significada como aspecto importante, um direito do indivíduo, enquanto a Psicopedagogia – e seu profissional, o psicopedagogo – são representados como mecanismo de auxílio para a efetivação da inclusão do indivíduo. Este auxílio advém do objeto de estudo da Psicopedagogia, que é a aprendizagem humana e seus possíveis entraves. Havendo, portanto, a necessidade adaptar, entender e auxiliar o indivíduo no contexto escolar.

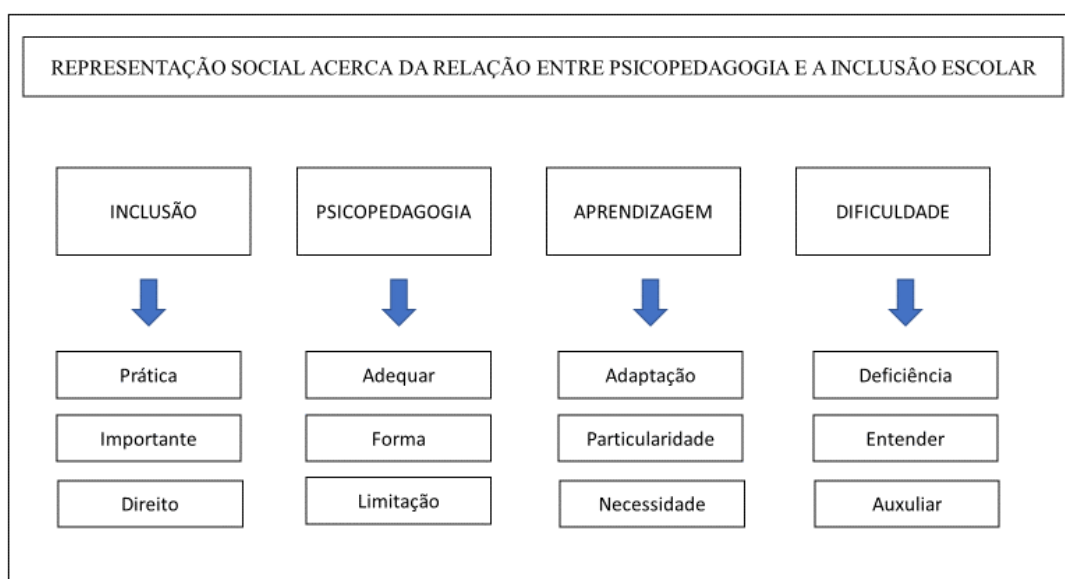


Figura 03 – Representação social acerca da relação entre psicopedagogia e a inclusão escolar

O resultado da Nuvem de Palavras pode ser visualizado na Figura 04 e apresenta, de maneira gráfica, as palavras com maior frequência de repetição no corpus textual:



NR	PS	DSQ
Adaptar	32	100%
Respeito	26	100%
Cuidado	25	96,2%
Acessibilidade	23	88,5%
Amor	14	53,8%

Tabela 1: Indica o núcleo da rede em função da palavra estímulo **Inclusão Escolar**

As cinco palavras obtidas foram, em ordem: Adaptar, Respeito, Cuidado, Acessibilidade e Amor. Estas são, portanto, as palavras enunciadas com maior importância para o conceito de Inclusão escolar, isto é, o conceito em análise. Assim como fazem parte do NR, ou seja, são definidoras que melhor representam o conceito-estímulo.

Tais palavras, em associação ao resultado obtido através da entrevista semiestruturada e sua análise acerca da representação social destes discentes, compreende a presença do termo “adaptar” como maior indicador para descrição da inclusão escolar, seja na conceituação, seja na definição de sua prática. O mesmo ocorre com o termo “acessibilidade”.

Os demais termos – respeito, cuidado e amor – são termos comum à conjectura da inclusão, em qualquer um de seus âmbitos. A Figura 05 apresenta a distância semântica quantitativa dos descritores:

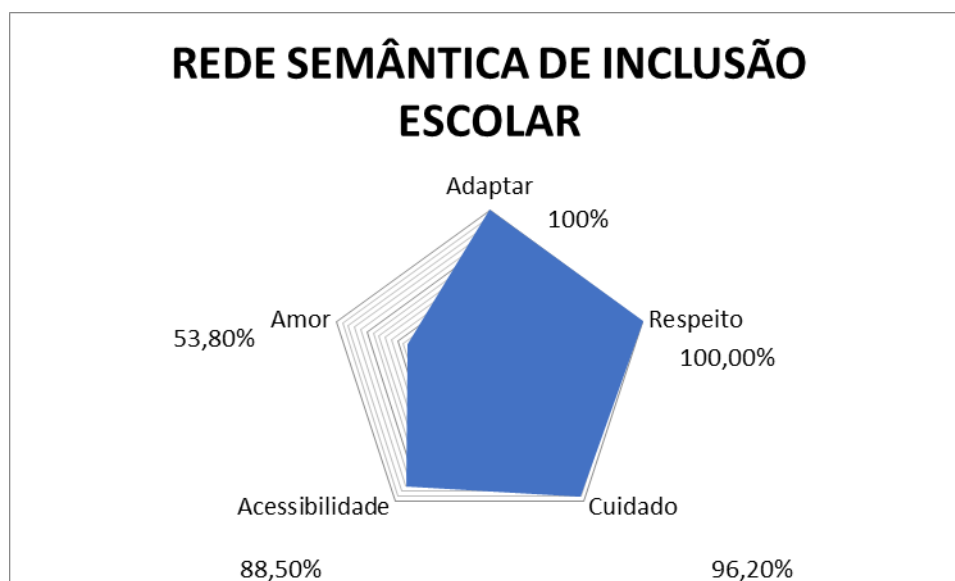


Figura 05. Distância semântica quantitativa dos descritores

## 5 DISCUSSÃO

A inclusão escolar, como mencionado anteriormente no presente trabalho, associa-se com os diversos contextos em que a inclusão se faz necessária, tais como o contexto social (inclusão social) e o digital (inclusão digital).

O discente da graduação em Psicopedagogia da UFPB possui pontos de significação objetivados e ancorados acerca da prática inclusiva, seja através dos diversos componentes curriculares deste curso, do discurso de seus respectivos docentes e/ou trabalhos acadêmicos, assim como a partir da compreensão de que a Psicopedagogia estuda, dentre outros pontos, as dificuldades de aprendizagem e que o indivíduo possui potencialidades, apesar de, e que estas potencialidades devem ser notadas e respeitadas no ambiente escolar.

Os resultados mostraram a representação entre inclusão escolar e o termo deficiência. Tomando o contexto histórico da inclusão, pode-se visualizar a luta para que aqueles considerados atípicos – outrora segregados, marginalizados e escondidos de seu meio – pudessem exercer seus direitos e deveres, assim como deleitar-se destes.

O conceito envolvendo a educação inclusiva, assim como a sua prática, advém desta luta, onde os espaços deveriam ser ocupados, reformulados e adaptados para que estes indivíduos pudessem ter acesso. Segundo Wilson (2000, apud SANCHES; TEODORO, 2006), o termo inclusão, na contemporaneidade, associa-se a outros

termos, como igualdade e direitos humanos, e está situado nos diversos movimentos das chamadas minorias.

Ainscow e Ferreira (2003) afirmam que participação na busca geral por direitos e igualdade social ocasiona sua interpretação voltada para pessoas com necessidade de atenção – também chamadas de deficientes. Esta interpretação não é de todo incorreta, visto que a essência da luta pela participação social – o que inclui o acesso ao ambiente escolar e à uma educação satisfatória – advém da inclusão destas pessoas.

Porém, o conceito de inclusão e, conseqüentemente, o conceito de inclusão escolar, diz respeito a diversidade. Assim, representar a inclusão de um indivíduo dentro do ambiente escolar não deve apenas considerar seu caráter inicial. É a aceitação de que todo indivíduo é singular e que estas singularidades devem ser respeitadas dentro, e fora, do ambiente escolar.

A partir da análise dos resultados obtidos, pode-se considerar que os discentes não caracterizam a educação inclusiva, isto é, a inclusão escolar, como uma prática integrativa. Neste sentido, entende-se por integração escolar a prática educacional, visando a inclusão, em que cabe ao aluno adaptar-se à instituição educacional, enquanto a inclusão escolar postula que esta adaptação é responsabilidade da instituição. Esta significação corrobora com o que espera-se, na prática, que seja a inclusão escolar.

Segundo Bossa (2000), a Psicopedagogia surgiu a partir da necessidade de compreender a aprendizagem humana e tem por função trabalhar esta aprendizagem de maneira interdisciplinar e, a partir de seu referencial teórico, elaborar planos de avaliação e de intervenção para reduzir quaisquer obstáculos que possam aparecer durante o processo de aquisição do conhecimento.

Logo, a representação dos discentes de que a Psicopedagogia é uma forma, um mecanismo, de adaptar e efetivar a prática da inclusão dentro do ambiente escolar condiz com a realidade conjecturada. Para isto, o psicopedagogo auxilia a escola, através de seus conhecimentos, no tocante às adaptações – curriculares, metodológicas, espaciais, dentre outras – e reformulações para que o indivíduo atinja seu potencial de aprendizagem.

Através da Rede Semântica, isto é, analisando a compreensão acerca do conceito-chave (Inclusão Escolar) pode-se observar a recorrência de termos também presentes de dentro dos corpus textuais analisados no software Iramuteq, tais quais adaptar, respeito e acessibilidade.

A escolha pela utilização da técnica da Rede Semântica adveio da possibilidade que este instrumento proporciona através do seu caráter perceptivo. Contudo, cabe destacar que sua utilização limitou-se como uma forma auxiliar de verificação do conteúdo perceptivo dos discentes e não como complementação da análise da representação social.

A reincidência de termos comuns para as duas análises – entrevista semiestruturada e rede semântica – reitera a ancoragem, por parte dos discentes do curso de Psicopedagogia, da inclusão escolar como a adaptação deste espaço e como mecanismo para o processo de aprendizagem e meio de difusão do respeito às potencialidades do indivíduo.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo apresentou através de seus resultados que os discentes do curso de graduação Psicopedagogia da Universidade Federal da Paraíba representam a inclusão escolar como a adaptação e reestruturação do ambiente escolar de maneira a possibilitar que o(a) aluno(a) com deficiência possa ocupar este espaço e dar seguimento ao seu processo de aprendizagem.

Apesar do minucioso cuidado, o presente trabalho encontrou limitações, tais como tempo insuficiente para coleta e análise de dados de maneira a abranger uma amostra maior de discentes, a escassa literatura própria da Psicopedagogia – e feitas sob a ótica de uma(a) psicopedagogo(a) – acerca da percepção sobre o tema “inclusão escolar” e também a análise da representação social, uma vez que esta também constitui uma área nova de conhecimento e ainda não há mecanismos (programas, softwares) de análise que incorporem de maneira completa os discursos reduzidos dados pelo participante. Porém, apesar das limitações, seus objetivos geral – analisar a representação social que os(as) estudantes do curso de graduação em Psicopedagogia têm acerca do conceito de inclusão escolar – e específicos – 1) descrever como estes estudantes representam a prática inclusiva no ambiente escolar e 2) verificar o significado psicológico da inclusão escolar para os discentes de psicopedagogia – foram alcançados de maneira satisfatória.

A escolha da Teoria das Representações Sociais, de Serge Moscovici, como base desta análise justifica-se devido à formulação destas representações. Segundo o teórico, as representações são formuladas a partir da observação da realidade. Representar algo



não é duplica-lo e/ou repeti-lo, é reconstitui-lo. O teórico também abordou em suas obras a influência das minorias e como as ideias desta minoria eram desconsideradas pelos meios científicos, bem como pelos meios políticos e religiosos.

Faz-se necessário ampliar a visão acerca da inclusão de maneira a ir além do que descrito teoricamente. Oportunidades não significam que todos estão e serão incluídos. No âmbito da inclusão social há uma prática excludente, mas que necessita de uma análise mais criteriosa por parte do indivíduo: a aceitação. É importante compreender que aceitar que o indivíduo tenha direitos civis e de espaço social garantidos não relaciona-se com o real conceito base da inclusão e da prática inclusiva. Já no âmbito da inclusão escolar está a prática da Integração. Tal prática atribui a responsabilidade de mudança – para que haja a inclusão – ao indivíduo que necessita dela para que assim este indivíduo tenha acesso ao ambiente educacional.

Assim como ocorre com a Psicopedagogia, o conceito de inclusão ainda vem sendo adaptado a medida que as mudanças históricas e sociais ocorrem. Contudo, sabe-se que perceber o indivíduo como único detentor da responsabilidade de adaptação ao seu meio não caracteriza inclusão. A inclusão ocorre quando há respeito pela diversidade e, ao mesmo tempo, pela singularidade de cada um. A inclusão escolar, portanto, remete a este respeito dentro do ambiente escolar, ocasionando um processo educacional ideal para todos os seus discentes.

Como sugestão de estudos futuros, pode-se realizar o comparativo das representações entre os primeiros períodos e o último período, verificando assim, se há distinção na representação social entre os discentes cursando e os discentes concluintes do curso – após experiência adquirida por estágios obrigatórios básicos – acerca da inclusão escolar. Finalizando, é preciso destacar a importância de pesquisas científicas e estudos futuros próprios desta área de atuação psicopedagógica. Em especial, estudos acerca da prática inclusiva a partir o olhar psicopedagógico e do indivíduo usufruidor do conhecimento psicopedagógico no tocante à sua inclusão escolar.

## **WHAT YOU UNDERSTAND FOR SCHOOL INCLUSION? A STUDY ON THE SOCIAL REPRESENTATION OF UNIVERSITY STUDENTS**

**Abstract:** Inclusion is one of the most urgent demands of the current Brazilian education. The present work seeks to analyze the social representation of university students about inclusive practice in the school context. Although it is a recurrent subject during the course of the formation of these students, the topic and practice of inclusion is complex due to factors such as the idea that of occupied spaces in the classroom is an indicator of inclusion and that inclusion is associated only those who need attention ,disabled or not. Therefore, it's necessary to analyze how the students of Psychopedagogy symbolize the inclusive practice, since this representation may reflects in the academic and professional practice of this student. The search will be realized through the phenomenological method. The method used will be based on the qualitative research and the technique of bibliographical research, from articles and books already published on the topics of interest, as well as the survey technique will be also used. The instrument is a semi-structured interview with questionnaire use. Content analysis will be done through the IRAMUTEQ software. As a result, these students represent the concept and the inclusive practice in the school context as the adaptation and restructuring, methodological and structural, to include the person with disability. Despite of incorporating aspects present in the conjecture of school inclusion, this representation explains that the representation by parts of these students about the subject still requires expansion. Inclusion respects diversity and sees the individual as unique. This individual may have disability or not.

**Key Words:** Inclusion. Social Representation. Psychopedagogy.

## REFERÊNCIAS

ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia Silva Paredes (org.), OLIVEIRA, Denize Cristina (org). Estudos interdisciplinares de representação social. Goiânia: AB, 2000.

AINSCOW, M. & FERREIRA, W. (2003). Compreendendo a educação inclusiva. Algumas reflexões sobre experiências internacionais. In David Rodrigues (org.), Perspectivas sobre a inclusão. Da educação à sociedade. Porto: Porto Editora.

AINSCOW, M; BOOTH, T; DYSON, A. et. al. *Improving Schools, developing inclusion*. Londres: RoutledgeFalmer, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: desenvolvimentos atuais e aplicações à educação. In: CANDAU, V. M. (Org). Linguagem: espaços e tempo no ensinar e aprender. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 10. Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: LP&A, 2000.

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social e Municipalização. In: MANZINI, E. J. Educação Especial: temas atuais, Marília: Unesp: Marília-Publicações, 2000.

BOSSA, N. A. A emergência da Psicopedagogia como ciência. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 25, n. 76, p.43-48, 2008. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010384862008000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862008000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 05 ago. 2017.

\_\_\_\_\_. **A psicopedagogia no brasil**: Contribuições a partir da prática. 4 ed. Porto Alegre: WAK, 2000. 248 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Decreto nº 5.542 de 20 de setembro de 2005**. Institui o Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, no âmbito do Programa de Inclusão Digital, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5542.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5542.htm)>. Acesso em 18 Jul 2017

BRASIL. **Medida Provisória nº 690, de 31 de agosto de 2015**. Dispõe sobre a incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI sobre as bebidas classificadas nas posições 22.04, 22.05, 22.06 e 22.08, exceto o código 2208.90.00 Ex 01, da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, quanto à legislação do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, e revoga os arts. 28 a 30 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, que dispõem sobre o Programa de Inclusão Digital. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv690.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Mpv/mpv690.htm)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

BRASIL. IBGE. **Renda domiciliar per capita 2015**. Disponível em: <[http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho\\_e\\_Rendimento/Pesquisa\\_Nacional\\_por\\_Amostra\\_de\\_Do](http://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Do)

micilios\_continua/Renda\_domiciliar\_per\_capita/Renda\_domiciliar\_per\_capita\_2015\_20160420.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2017.

CAMPOS, A. G. et al. DESAFIOS DO ENFRENTAMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL NO INÍCIO DO NOVO SÉCULO. In: CAMPOS, A. G. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003. cap. 1, p. 15-24. Disponível em: <[http://www.cortezeditora.com/Algumas\\_paginas/Atlas\\_da\\_exclusao\\_social\\_no\\_brasil\\_vol2.pdf](http://www.cortezeditora.com/Algumas_paginas/Atlas_da_exclusao_social_no_brasil_vol2.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2017.

CRUSOÉ, N. M. C. A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM MOSCOVICI E SUA IMPORTÂNCIA PARA A PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, 2004, p. 105.

CUCOLO, E.; MONTEIRO, F. **Programa de inclusão digital é extinto e tributos sobem em dezembro**. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/09/1676323-programa-de-inclusao-digital-e-extinto-e-tributos-sobem-em-dezembro.shtml>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

DEPARTAMENTO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA. **O que é cidadania?**. Disponível em: <<http://www.dedihc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=131>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

FARIAS, I. R; SANTOS, A. F; SILVA, E. B. Reflexões sobre a inclusão linguística no contexto escolar. In: DÍAZ, F. et al., orgs. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 39 - 48.

FONSECA, V. da. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 1995. 388 p.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de Pesquisa**. 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

JAMBEIRO, Othon; SILVA, Helena Pereira Da. Políticas de informação: digitalizando a inclusão social. **Estudos de sociologia**, Araraquara, v. 9, n. 17, p. 147-169, 2007. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/estudos/article/view/135/133>>. Acesso em: 10 ago. 2017.

JESUINO, J.C. **Um Conceito Reencontrado**. In: ALMEIDA, A. M. D. O. (Org.); SANTOS, M. D.F.S. (Org.); TRINDADE, Z.A. (Org.). **Teoria das Representações Sociais: 50 anos**. Brasília: Technopolitik, 2014, p. 41 – 75.

LA ROSA, J. **Psicologia e educação: o Significado do Aprender**. 7 ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2003. 230 p.

LEME, M. A. V. S; BUSSAB, V. S. R; OTTA, E. A representação social da Psicologia e do Psicólogo. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 9, n. 1, p. 29-35, 1989.

MAXQDA: uma aplicação de análise de dados qualitativos e métodos mistos. uma aplicação de análise de dados qualitativos e métodos mistos. Disponível em: <<http://www.maxqda.com/portuguese>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MEDEIROS, M. As Políticas Públicas de Inclusão Digital do Governo Lula. 2010.

MEIRELLES, Elisa. **Cinco dimensões da inclusão**. 2013. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/4477/cinco-dimensoes-da-inclusao>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

MENDES, E. G. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. **Escola inclusiva**. São Carlos: EDUFSCAR, p. 61-85, 2002.

MORAES, P. R. et al. A teoria das representações sociais. *Direito em foco*, São Paulo, v. 6, p. 17-30, 2014. Disponível em <[http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/direito\\_foco/artigos/ano2014/teoria\\_represenacoes.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2014/teoria_represenacoes.pdf)>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MOSCOVICI, S.. **A representação social da psicanálise**. Trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. 291 p.

\_\_\_\_\_. Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social. editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 404 p.

MOURA, C. M.; MUNSTER, M. A. V. Adaptações curriculares nas aulas de educação física envolvendo estudantes com deficiência visual. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 3, p. 361-376, set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v23n3/1413-6538-rbee-23-03-0361.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

OLIVEIRA, A. L.; RESENDE, M. C. Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências. **Psicol. Esc. Educ**, Maringá, v. 21, n. 2, p. 295-301, ago. 2017. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=s1413-85572017000200295&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=s1413-85572017000200295&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

PAZ, R. et. al. **EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAIS. SIED: EnPED-Simpósio Internacional de Educação a Distância e Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância**, 2016.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 276 p.

RIBEIRO, C. B.; SILVA, D. N. H. Trajetórias escolares de surdos: entre práticas pedagógicas e processos de desenvolvimento bicultural. **Psic.: teor. e pesq.**, Brasília, v. 33, n. e3339, p. 01-08, fev. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v33/0102-3772-ptp-33-e3339.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

SÁ, C. P. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: SPINK, M. J. (Org). **O conhecimento do cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. Representações sociais: teoria e pesquisa do núcleo central. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 4, n. 3, p.19-33, dez. 1996. Disponível em: <[http://novo.more.ufsc.br/artigo\\_revista/inserir\\_artigo\\_revista](http://novo.more.ufsc.br/artigo_revista/inserir_artigo_revista)>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SANCHES, I; TEODORO, A. Da integração à inclusão escolar: cruzando perspectivas e conceitos. **Revista Lusófona de educação**, n. 8, 2006.

SILVA, A.M. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. 1 ed. Curitiba: Ibpx, 2010. 142 p.

SILVA FILHO, A. M. Os três pilares da inclusão digital. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 24, p. 5, 2003.

SILVA, M. R. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. 2011. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011\\_MargaretRosarioSilva.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf)>. Acesso em: 10 ago. 2017.

TARAPANOFF, K.; SUAIDEN, E.; OLIVEIRA, C.L. Funções sociais e oportunidades para profissionais da informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, v. 3, n. 5, out. 2002. Disponível em: <[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/884/1/ARTIGO\\_FuncoesSociaisOportunidadesProfissionais.pdf](http://http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/884/1/ARTIGO_FuncoesSociaisOportunidadesProfissionais.pdf)>. Acesso em: 18 jul. 2017.

UNESCO. **Declaração universal dos direitos humanos**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

WACHELKE, J. F. R; CAMARGO, B. V. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. **Interamerican Journal Of Psychology**, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p.379-390, dez. 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-96902007000300013](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300013)>. Acesso em: 05 ago. 2017.

XAVIER, R. Representação social e ideologia: conceitos intercambiáveis?. **Psicologia & sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 18-47, jul./dez. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822002000200003>>. Acesso em: 26 jun. 2017.